

Arte rupestre de la Valltorta (Espanha)*

Rafael Fernandez

Muito bem, depois desta amena conferência do professor Mauro Hernandez, toca-me falar de uma experiência muito direta num espaço extraordinário pela quantidade de figuras rupestres e por sua singularidade.

Antes vou falar, também, do processo pelo qual se pode incluir a arte rupestre do Arco Mediterrâneo na lista do Patrimônio Mundial. Uma boa parte dos problemas referidos pelo professor Mauro Hernandez, estão contidos de forma muito clara na sua experiente declaração e em numerosas propostas que foram feitas no ano de noventa e oito, há seis anos.

Falo também de uma oferta esquizofrênica. Em parte estou de acordo com o professor Mauro Hernandez, embora o veja desde outra perspectiva, posto que, trabalho na administração autônoma que a refaz e, nós para justificarmos o aparato administrativo, refizemos a partir de dentro.

Provavelmente, e, agora desenrolam os temas que podemos entender com posterioridade, provavelmente a única maneira eficaz de funcionar é existindo um diálogo fluído entre as administrações e os administrados. E que esse patrimônio, se é realmente um patrimônio coletivo, deve dedicar os recursos para o uso da coletividade.

A história da declaração da arte rupestre do Arco mediterrâneo como Patrimônio Mundial, na Península Ibérica, tem um mito. No ano 1994, quando solicitamos que La Valltorta passasse a fazer parte da lista do Patrimônio Mundial, alguns pretendentes falaram que não iam interferir porque era uma questão importante, mas de difícil financiamento.

Provavelmente desde os anos sessenta, em numerosos congressos arqueológicos nacionais, isto é, congresso de arte rupestre, entre as conclusões fazia-se referência da importância da arte *levantina* e a necessidade de dar essa consideração de Patrimônio da Humanidade.

Sem dúvida alguma, o mundo científico está consciente dos problemas de conservação tão terríveis e que boa parte das agressões eram antrópicas (como já mostrara o professor Mauro Hernandez), afortunadamente são desses anos, dos anos sessenta. Nem todos se reproduziram na atualidade. Algumas sim, porém não todas.

Portanto havia um terreno propício no mundo científico o qual reclamava à administração que a arte rupestre *levantina* tivera a máxima consideração patrimonial e em consonância tivera as máximas medidas de proteção. Em qualquer caso, isso também é importante.

No ano de 1975, a Comunidade Valenciana organizou em La Valltorta um Seminário Internacional sobre a conservação da arte rupestre, onde se convidou aos principais investigadores do momento. Nele se aborda o

problema de conservação, de gestão e onde se insiste em que a arte rupestre *levantina* tinha que ser Patrimônio da Humanidade.

Havia já pretendentes na Europa no ano 1979, Valcamônica devia entrar e formar parte do Patrimônio da Humanidade. E, quero lembrar que, a Cueva de Altamira entrou também nos anos 84 a 85. Havia um terreno abonado para reclamar a importante amostra da arte rupestre pré-histórica que se conservou no Levante, fosse levada em consideração.

Era um problema complicado, era difícil, posto que se trata de uma arte dispersa num território muito extenso, como poderemos ver depois, um terreno tremendamente antropizado e com problemas muito específicos.

No ano 1994, propuseram que La Valltorta passasse a formar parte dessa lista. Já veio talvez a mesma perspectiva como é o caso da Serra da Capivara que se implanta aqui e é um território que contém uma determinada amostra de arte rupestre, deve passar a formar parte na lista do Patrimônio da Humanidade. Chama-se de território e de uma manifestação dentro desse território, portanto, temos que conhecer primeiro o limite espacial.

A iniciativa do ano 94 se viu apoiada em 1995, no congresso organizado nas Ilhas Canárias pelo professor Mauro Hernandez em colaboração com os museus canários, onde normalmente como em outras ocasiões, no final do congresso, por unanimidade, insistiu-se na necessidade de solicitar esta declaração.

No ano 1996, a proposta de La Valltorta foi formulada no conceito de Patrimônio Histórico Artístico e se propõe que La Valltorta e a arte rupestre do Arco mediterrâneo leve suas petições à UNESCO para que se declarem Patrimônio da Humanidade. A partir de 1996, criou-se uma equipe de trabalho integrada por um representante de cada comunidade autônoma. Somam-se seis e, finalmente, é apresentado em 1997 e nesse mesmo ano o Ministério da Cultura apresenta a solicitação à UNESCO.

No ano 1998 recebemos uma inspeção da UNESCO e um abalizador indaga que medidas estão tomando as administrações para fomentar a conservação da arte rupestre. Finalmente, ainda em 1998, era declarado Patrimônio da Humanidade a arte rupestre do Arco mediterrâneo.

A experiência acumulada entre as seis comunidades autônomas se apóia fundamentalmente em quatro aspectos. Em primeiro lugar consideramos que a arte rupestre do Arco mediterrâneo se localiza em paisagens culturais de extraordinário valor patrimonial, portanto se introduz a figura da paisagem cultural; em segundo lugar insiste-se no valor documental da arte *levantina*, a que já nos referimos anteriormente; em terceiro a sua vulnerabilidade que tem a necessidade de adotar medidas urgentes para paliar as graves deteriorações que existem. A administração também está consciente de qual é essa realidade e, finalmente, fala-se do contexto social que parte do princípio de que é necessária a implicação da sociedade que, em parte, lida no território onde se conserva a arte rupestre. Se Integra, também, na proposta, algumas das

medidas que a União Européia estava introduzindo em suas políticas territoriais como era o apoio sustentável do projeto e a necessidade de que através do turismo cultural se fomentara esse apoio. Esses quatro pontos são a base da declaração.

Na barra inferior vocês podem ver um aspecto de La Valltorta. Um barranco sufocado por numerosos meandros e a direita uma das marcas mais clássicas de La Valltorta que é a “Cova dos Cavalos”.

Bem, finalmente o ano 1998, se declara a arte rupestre do Arco mediterrâneo, Patrimônio da Humanidade. Esta é uma nuvem de pontos dos conjuntos declarados. Trata-se de setecentos e cinqüenta e nove conjuntos distribuídos pelas seis comunidades. Estamos falando de Catalunha, Aragão, Castilla-La Mancha, Comunidade Valenciana, Múrcia e Andalucia. Setecentos e cinqüenta e nove conjuntos distribuídos em um território extenso com uma variada paisagem e, também, com uma diversidade social enorme.

Este gráfico mostra a freqüência dos conjuntos. Das seis comunidades, a imensa maioria dos conjuntos inventariados, está na Comunidade Valenciana. Fica uma distribuição desigual que criará problemas na hora de se estabilizar a cooperação entre as distintas comunidades que se implicavam no processo.

Na declaração aceita, há quatro tipos de arte rupestre: a arte paleolítica a arte levantina, a arte macroesquemática e a arte esquemática. No total estamos chegando a trinta mil anos de evolução na arte rupestre, numa diversidade enorme de situações e de problemas de conservação. Também vem o nível de acesso a estes lugares.

Teremos no diploma, neste certificado que significa ser Patrimônio da Humanidade, algumas repercussões a nível institucional. A conservação da arte rupestre do Arco mediterrâneo na Península Ibérica, foi um imperativo da UNESCO. A UNESCO entendeu que esta iniciativa não tinha viabilidade se não houvesse um órgão supra-comunitário que zelasse pelo cumprimento dos compromissos que havia se adquirido a respeito da conservação.

Em segundo lugar, insistiu-se em criar um centro de investigação da arte rupestre, apesar de que é exclusivo, no ano 1993, se estudava nas Universidades, mas não se dispunha de alguma maneira, de centros especializados nessa questão. Sobretudo, nisso se insistiu muito, no que se refere ao problema da conservação.

Em terceiro lugar, insistiu-se na necessidade de pôr na mesa a forma de conservação preventiva que se tinha realizado até 1998. Nisso estou de acordo com o professor Mauro Hernandez. Não se salientou absolutamente nada pela conservação preventiva desses lugares, exceto com algumas exceções. Insistiu-se realmente que deveria haver maior proteção física. Aqui podemos falar sobre a conveniência, sobre qual modelo de proteção física deve-se impulsionar, se é pertinente gradear os conjuntos. No nosso caso, se trata de um território profundamente antropizado, com uma alta densidade de população. Praticamente todos os conjuntos tinham tido acesso e nos vimos

obrigados a colocar grades com maior ou menor fortuna. Finalmente propus que era necessário que nos conjuntos mais importantes da arte rupestre do Arco mediterrâneo se integrasse uma rede de Parques de maneira que a sensibilidade, a proximidade desse patrimônio à sociedade se conseguiria. Não teria tido sentido essa declaração se não fosse para aproximar esse patrimônio à sociedade.

Do ponto de vista social se propus o aumento da demanda pelo consumo deste patrimônio. Estamos num país, Espanha, na Comunidade Autônoma valenciana que vive praticamente do turismo. Na Comunidade Valenciana o setor mais rico e que ingressa a maior quantidade de dinheiro, é o turismo. O turismo de praia está se diversificando nos últimos anos a favor do turismo cultural e de um turismo rural no interior.

A declaração como Patrimônio da Humanidade significou uma demanda, em alguns casos, desmedida nos ajustamentos por fomentar este patrimônio. Tem um primeiro problema: nesses 759 sítios, não havia sempre, para todos, uma entidade responsável para suportar um projeto dessa importância. Em muitos casos alguns municípios entram, apenas, com um abrigo em que pode haver uma pequena cena, algumas figuras que, de modo algum, justifica numa primeira fase, um projeto turístico.

Propus então que se que articular uma rede de centros que considerasse a questão da arte rupestre. Logicamente as administrações viram que somos otimistas e plantaram um projeto muito ambicioso de centros em que se colocaria a questão desses patrimônios a cada comunidade autônoma. Propus uma sede de centros como os que estão aqui o Museu de La Valltorta, aqui está o Museu da História de Valencia, aqui estamos falando de um centro que tinha sido criado, nós estamos falando da Contestânia que é onde existe um centro dedicado à documentação da arte rupestre. Essa foi uma decisão da UNESCO de criar centros especializados na documentação, na questão dessa informação.

Logicamente também insistiu-se que nas medidas de proteção tinha que ter câmbio. Não podíamos seguir colocando grades obsoletas nos conjuntos. Teria que se optar por modelos mais abertos como estes de La Valltorta, aos que posteriormente me referirei.

E realmente insistiu-se nos graves problemas de conservação da arte rupestre na área livre a qual se referiu Mauro Hernandez. O problema é de ordem natural, é geológico, é biológico e em nosso caso, fundamentalmente, o problema é de ordem antrópica de má educação no seu patrimônio, de mau uso, de agressão vandálica, de todo tipo de patologias criadas pela má educação, pelo cinismo da sociedade em muitos casos.

Bem. E, finalmente, a rede de conjuntos de arte rupestre a que me referia, esse itinerário de conjuntos postos em valor com um critério comum, essa rede de parques arqueológicos que permitiria aos visitantes e aos usuários entender a complexidade e o valor cultural desse patrimônio que, para a qual havíamos pedido sua consideração como Patrimônio da Humanidade.

Tudo isto de alguma maneira, está numa fase incompleta. Não sou tão pessimista, como pôde parecer o professor Mauro Hernandez, pois teremos que decidir que a declaração é de 1998 e que, como primeira medida positiva, houve reação social para pedir às administrações uma maior consideração por esse patrimônio; em segundo lugar acho positivo também apostar na marcha de projetos de conservação preventiva importante em algumas comunidades autônomas entre elas está a Comunidade Valenciana; em terceiro lugar, algo que é fundamental é gerar um movimento de fundo constante sobre o valor, sobre o interesse desse patrimônio que, sem dúvida alguma, nos próximos anos dará para juntar algo de muito positivo.

Pensamos que estamos trabalhando num trabalho longo, que temos que fomentar um câmbio na sociedade que repercute, de forma positiva, nesse patrimônio e também um câmbio entre as administrações.

Agora vou me referir ao projeto Museus Vinculados, museus de sítios que servem de centro de acolhida para os conjuntos visitáveis com o Museu de La Valltorta e experiências similares. Podemos falar de projetos similares o que em outra escala, em Aragão, um projeto muito importante no Rio Verde que está sendo uma realidade.

Bem, agora vamos nos concentrar, sobretudo, no Parque de La Valltorta. Vamos fazer um pouco de História porque como acabo de dizer, pensamos que a questão do patrimônio tem que se entender com uma pequena perspectiva histórica e, a arte rupestre não deve ser excluída nesta dimensão.

Em nossa comunidade a arte rupestre tem uma distribuição bastante generalizada. Atualmente temos um inventário que ronda uns trezentos e oitenta conjuntos distribuídos em oitenta e três municípios das três províncias e em quatro estilos, há os que dizemos preferidos. Existe uma concentração importante no norte da Comunidade Valenciana onde se localiza o conjunto mais conhecido – La Valltorta. Outra localização importantíssima é a Bacia do Jucar e, outra fundamental, é o núcleo da província de Alicante. E, nestas três zonas, como consequência da declaração como Patrimônio da Humanidade, o governo autônomo valenciano ao iniciar três projetos de parques culturais, quer a estratégia alterada para a questão da arte rupestre.

O primeiro parque cultural em que estamos trabalhando é o Parque Cultural de La Valltorta. La Valltorta é um clássico. Provavelmente todos os livros de história da arte pré-histórica, ao mencionar a Europa, quando falam de arte pré-histórica, falam de Altamira para se referir à arte paleolítica e de La Valltorta para falar da arte neolítica. Quer dizer, um lugar incorporado com pleno sentido à história da arte rupestre na questão do patrimônio. La Valltorta foi descoberta no ano 1917, nos meandros de um barranco com covas, que até então eram usadas por pastores para guardar rebanhos.

Os pastores que encerravam suas cabras nestes lugares não eram conscientes da existência das pinturas ou não prestavam a menor atenção porque um dos primeiros problemas de conservação que tinham nesses

lugares eram as sujeiras que fizeram no passado. Os pastores acendiam fogo, os pastores encerravam os animais que defrontavam seus corpos contra as paredes. Isso significou um problema de deterioro importante em numerosos lugares. Na época da descoberta da La Valltorta a Península Ibérica tinha os principais investigadores da pré-história como Wernert e Obermaier que estavam escrevendo as primeiras páginas da História da Arte Rupestre na Europa. La Valltorta foi descoberta então, como um dos lugares com uma maior densidade de pinturas rupestres pré-históricas da arte *levantina*. Isto gera uma tremenda discussão entre os investigadores. Tudo isto está escrito e na primeira publicação do ano 1919 e a arte de La Valltorta serviu, de alguma maneira, como veículo para transmitir a sua importância patrimonial.

A resposta social ao descobrimento de La Valltorta foi francamente contraditória. Naquele momento teria uma população de mil e quinhentos habitantes que viviam da agricultura e do pastoreio. Era um povo rural, miserável, pobre, segundo escreveram os nossos historiadores e aquela gente morria de varíola. Todos os anos havia uma tremenda mortalidade por ser extremamente pobre e que se quer aparecia muito nos mapas.

Neste lugar, de repente, aparece uma arte rupestre de transcendência mundial e não é só isto que acusam os investigadores franceses, alemães e “senhoritos” da cidade, como diziam os habitantes da região.

A sociedade local não entende a importância desse patrimônio, podemos ver nessa imagem onde estão praticamente representadas todas as classes sociais do momento visitando as pinturas. Sacerdotes, crianças, ricos, pobres, trabalhadores, a sociedade participa de algo que não entende.

A consequência deste divórcio entre a sociedade e o patrimônio é que nos três anos posteriores ao seu descobrimento, foram destruídas cinquenta por cento das pinturas que tinham foram documentadas por Hugo Obermaier. Foram destruídas em muitos casos, por incompreensão e, em outros, tentaram arrancá-las para vendê-las. Em qualquer caso, destroem porque não as valorizam e não entendem a sua importância. Esta situação se manteve até 1942. Pensamos que desde o ano 1917 e 1942, toda La Valltorta permanece absolutamente desprotegida. As histórias não são tão distintas no Brasil e na Espanha. Transcorrem quase trinta anos em que La Valltorta não tem vigilância.. Esse lugar acolhe numerosos visitantes que vão e, afinal não entendem porque aquele lugar é tão importante e nisto apagam as pinturas rupestres.

Em 1963 produziu-se o roubo de uma das figuras da Cova do Civil, como estamos vendo nessa imagem, e, por pressões do investigador Dom Batista Policarpo, que então já se dedicava ao estudo das pinturas rupestres que a administração nunca havia respeitado, ele conseguiu que, transcorridos quarenta anos, La Valltorta estaria entre os primeiros sítios onde se protegeram suas pinturas e, como não podia ser de outra maneira, aparecem todos os políticos para sair nas fotografias com o governador civil e autoridades municipais no ato da inauguração.

Passou o tempo, no ano 1983, assumimos as competências autônomas. Como dizia Mauro Hernandez nessa conferência, a democracia traz consigo a criação do estado das autonomias. Os valencianos começam a apostar pela proteção de seus valores patrimoniais. Entre eles está La Valltorta. Põe-se em marcha um projeto para esse assunto, para o teatro romano de Sagunto, e em La Valltorta se trabalha com um projeto de parque cultural.

O parque cultural do ano 1983, La Valltorta foi um projeto pioneiro e provavelmente formulado em uma época em que realmente a sociedade estava preparada para assumi-lo. Legalmente no ano 83, a segurança do parque cultural não tinha nenhuma referência e não existia nenhuma lei que falasse de parques culturais. Portanto, naquele momento, a segurança do parque cultural se deu num conserto em que se pretendeu questionar espaços como o de La Valltorta onde existe um patrimônio cultural riquíssimo.

O projeto aspirava a dar proteção jurídica a La Valltorta e como não havia leis no âmbito do patrimônio que permitiam proteger territórios tão extensos, recorreu-se à lei do espaço natural desprotegido. Eis que se dá a primeira contradição. Não estamos falando de proteger espécies botânicas ou animais e sim de proteger pinturas rupestres.

Esta iniciativa de declarar um espaço natural protegido gera uma reação contrária, absolutamente violenta por parte dos habitantes de La Valltorta e, dessa maneira, as agressões apenas se ampliam e algumas das prefeituras implicadas no projeto manifestam publicamente que não querem saber nada do Parque de La Valltorta.

Outras prefeituras e setores culturais de Castellón, pensaram que, talvez, apoiando um projeto desta dimensão, se poderia produzir uma maior afluência de público em La Valltorta e que esta maior afluência, em última instância, poderia significar uma maior destruição de seus conjuntos rupestres.

Em qualquer caso, a administração abarca o projeto de parque cultural pelo não-abandono à idéia de construir um museu em La Valltorta e adotar a esse território uma série de instalações, como um museu e um camping, melhorar os acessos e também proteger fisicamente os conjuntos de pinturas rupestres.

Bem, desde o ano oitenta e três até quando se terminou de construir o museu de La Valltorta, passaram-se dez anos para finalmente em 1994, pôde ser aberto o Museu de La Valltorta, a 500 metros do Vale de La Valltorta. Esse primeiro projeto foi construído como uma instalação que serviria para dissuadir os visitantes da visita aos sítios de La Valltorta. Porque se pretende dissuadir os visitantes? Porque as pinturas de La Valltorta estão em um estado de conservação lamentável.

Os guias que davam assistência em La Valltorta, até 1994, levavam os turistas aos abrigos com umas fotografias explicativas do que teoricamente

tinham que ver porque as pinturas não estavam visíveis. Era um caso de fé visitar estes lugares para poder ver umas pinturas inexistentes.

O museu, nosso grande museu, dispõe de um espaço de exposição com algo em torno de setecentos metros quadrados, um espaço para projeções audiovisuais, uma sala de trabalho, um armazém, laboratório para estudos arqueológicos e toda uma série de instalações. Portanto não se criou unicamente como um centro de visitantes ou um museu de sítio senão que, desde o princípio, é um laboratório com uma história de investigação centrada fundamentalmente no patrimônio de La Valltorta.

Nesse mesmo ano, coincidindo com a criação do museu nós fizemos uma reorientação do projeto. Em primeiro lugar, pleiteou-se declarar La Valltorta como Patrimônio da Humanidade e nos envolvemos no que foi exposto anteriormente; em segundo lugar, pleiteamos redefinir o projeto de um parque cultural dez anos depois. Pensamos que na sociedade que vive em La Valltorta há um certo amadurecimento e que será capaz de valorizar esse projeto melhor; em terceiro lugar pleitea-se a necessidade de reativar a investigação da arte rupestre e seus autores.

O contexto social se consegue na declaração. Há um câmbio importante também na mentalidade da sociedade de La Valltorta. Nos anos oitenta havia que um modelo de implantação agropecuária agressiva e portanto, não adiantaria nada falar ou ir a falar nada aos habitantes desse território. Não queriam escutar falar da segurança e da proteção que poderia pôr uma limitação ao seu território. Estão, porém, cambiando. Estamos na época de 1994 em que a agricultura e a pecuária se mantêm com supervisões européias e, como se vê, tem que se optar pela melhoria desse território protegendo seu turismo cultural, o turismo rural. Portanto já se produziu um câmbio de mentalidade que vai nos ajudar para que essa redefinição do projeto seja assumida e seja vista pela sociedade de La Valltorta como um benefício.

Propôs-se que na lei do patrimônio cultural valenciano que foi promulgada em 1998 (porque até esse momento a segurança do parque cultural não tem uma referência legal) no mesmo ano em que foi declarado Patrimônio da Humanidade, que fosse incluída a segurança do parque cultural dentro da categoria de bens de interesse cultural que, como disse o professor Mauro Hernandes, é uma categoria de máxima proteção dentro da lei do patrimônio.

O conceito de parque cultural é um conceito de enorme ambigüidade. Pela primeira vez permite-nos falar de proteger extensos territórios dentro das perspectivas do patrimônio cultural e não das perspectivas do patrimônio do meio ambiental. Se tivermos que questionar territórios tão extensos desde a perspectiva ambientalista de La Valltorta que é uma paisagem cultural, uma paisagem profundamente antropizada, não caberia nessa fórmula. Portanto teria que criar uma “ferramenta” nova adaptada às paisagens mediterrâneas profundamente antropizadas que não quer dizer que não tenham também valores ambientais.

Dentro dessa perspectiva um parque cultural é um bem de interesse cultural que engloba diferentes aspectos. O fundamental do ambiente cultural segundo marca a lei, é que há de atender a um entorno da proteção. A lei não estabelece a que critério se deve ajustar, embora fique claro que não se pode modificar a paisagem e não se podem fazer grandes obras públicas. Tem que se zelar pelo mantimento das atividades que não prejudiquem o equilíbrio dos componentes dessa paisagem. Dessa maneira um parque cultural seria um rosário de bens de interesse cultural e seus respectivos entornos.

A segurança do parque cultural introduz o conceito de paisagem cultural e, portanto, além da arte rupestre, o resto dos elementos patrimoniais que ainda existem automaticamente passam a usar da mesma proteção. O ponto de partida que justifica as limitações territoriais dessa arte rupestre é a sua distribuição pelo território.

O Parque Cultural de La Valltorta estende-se por uma extensão de vinte e dois mil setecentos hectares de uma paisagem tipicamente mediterrânea, uma paisagem de enorme diversidade. São duas bacias hidrográficas com seus numerosos meandros. É uma paisagem de média montanha em que as cotas mais altas se encontram no interior, com altura de aproximadamente mil e trezentos metros sobre o nível do mar. A distância máxima entre dois pontos é de aproximadamente vinte e cinco quilômetros e em um pequeno espaço, podemos conhecer os distintos tipos de paisagens mediterrâneas.

Como dizia, um aspecto que é fundamental e que determina a criação do parque é a concentração de pinturas rupestres. Neste setor do parque correspondente a La Valltorta tem uma densidade de conjuntos. A maioria se localiza no curso do barranco e se tem localizado, também, conjuntos de pinturas rupestres nas serras periféricas.

Além das pinturas rupestres, existe um riquíssimo patrimônio arqueológico. Sem dúvida alguma, as pinturas apareceram porque havia uma intensa ocupação do território desde a época paleolítica. A seqüência de La Valltorta pode-se seguir perfeitamente nas escavações que estavam havendo nesses abrigos. Encontramos um nível com indústrias mesolíticas datadas aproximadamente de seis mil, seis mil e quinhentos antes de Cristo e na seqüência o neolítico antigo e neolítico médio documentados também em outros abrigos. O polimento fez-se mais intenso no neolítico dois, em torno do terceiro milênio antes de Cristo e boa parte das pinturas de La Valltorta corresponde a esta fase.

Podemos falar desse patrimônio arqueológico tanto como fonte de conhecimento, e também, como recurso para esse projeto no âmbito do turismo cultural. A história não para no neolítico, La Valltorta segue ocupada durante a Idade do Bronze. No total ainda há uma população inferior a cinco mil habitantes. É uma população tremendamente necessitada. Alguns de seus povos vivem praticamente de pensões, como é o caso de Tirig. Quer dizer em um ano normal pode haver vinte mortes e nenhum nascimento como ocorre em outros setores da geografia espanhola, há um sério problema de necessidade da população. É um território com uma escassa diversificação econômica e que

até agora tem vivido da agricultura e da pecuária mantidas pela União Europeia e que a partir dos próximos anos, a partir de 2007, esta fórmula vai terminar, provavelmente de forma bastante drástica porque alguns países que entrarão na União Europeia e os desequilíbrios regionais que terão que ser corrigidos de outra forma. Portanto, Espanha e em particular a Comunidade Valenciana, que hoje são países ricos no contexto europeu, não podem continuar sendo mantidos por meio dessas ajudas e terão que optar por novas fórmulas.

Essa escassa diversificação econômica está precisando ser vista de outra maneira pelos agentes sociais que já estão criando cooperativas de turismo rural. Um caso paradigmático de ajuda à população de La Valltorta, são as cooperativas de turismo rural que, nos últimos cinco anos, já reabilitaram vinte casas, como alojamentos de turismo rural. Criando também um serviço de guias para atender aos turistas e este é um serviço importante para a população e para o parque.

No discurso do parque a arte rupestre é o motivo fundamental. É o elemento-base que ordena tanto o limite do parque, como a estratégia global de proteção, embora existe um patrimônio igualmente interessante e que se converteu também em recurso. Esse patrimônio cultural convertido em recurso cultural, em recurso turístico é a arquitetura tradicional. As construções de pastores, construídas pela técnica da pedra em seco, são refúgios, a maior parte das casas tem uma antigüidade não superior a novecentos anos. Casas que foram moinhos e que foram habitadas como alojamento rural, toda uma série de patrimônio que enriquece a arte rupestre e que nos permite, em primeiro lugar, reduzir a pressão sobre o sítio com arte rupestre, desde que todo visitante do museu não vá dirigido exclusivamente às pinturas rupestres sem que haja outro patrimônio próximo que seja igualmente visitável e que enriqueça a visita dentro de uma perspectiva histórica. O que queremos transmitir aos visitantes, é que este é um território que foi ocupado desde o mesolítico e o neolítico até o século dezanove, e a partir desse patrimônio podemos conhecer a história dessa gente.

Bem, e quanto à questão da arte rupestre, a proteção ou criação do parque cultural está posta em primeiro lugar; melhorando a proteção física. Atualmente somente se visitam cinquenta e seis conjuntos inventariados. Somente visita-se, mediante a participação de um guia, quatro conjuntos. Há ainda a vigilância ativa. Existe aí a presença permanente de guias vigiando os conjuntos que não estão fechados. Existe um regime diário de visitas guiadas, quer dizer, um visitante sabe que qualquer dia das dez da manhã às doze e às cinco da tarde visita-se distintos conjuntos. E, em quarto lugar, o que me parece ser fundamental é que está sendo iniciado o projeto de conservação preventiva.

“Bom dia a todos, vamos retomar os trabalhos, com uma apresentação de Jean Felipe D’Lorma que é da cooperação francesa e ele vai falar sobre o

Parque Regional do Pantanal, o novo espaço institucional para uma gestão participativa dos recursos naturais”.

“Bem, nós convidamos o D’Lorma para fazer essa palestra para vocês porque trata-se de um projeto de um convênio assinado entre a França e o IBAMA para então tentar mudar um pouco a maneira de funcionamento dos parques nacionais. Eles estão trabalhando no Pantanal, eu já tenho recebido notícias de várias pessoas, de brasileiros que foram visitar, dizendo que essa ação já está tendo excelentes resultados porque eles estão trabalhando do sentido de assegurar a preservação do meio ambiente e vocês devem saber que pra nós é extremamente importante, que por exemplo, na Serra da Capivara alguns dos nossos problemas mais graves vêm justamente do desaparecimento de certos animais, a quebra da cadeia alimentar, animais que não têm mais predadores e que aumentam sem parar como os cupins, e certas vespas que cobrem as pinturas.

Então, esse exemplo, eu acho que é um exemplo que vai muito bem para aqueles que estão trabalhando na conservação do patrimônio cultural”.

“Obrigado”.

Eu me chamo João Felipe, sou francês, vou tentar falar português.

Como a Niède falou, na verdade eu vou falar da Arqueologia. Vou falar mais da preservação ambiental, da preservação da cultura, mas que não deixa de ser também um patrimônio no mesmo título que a arte rupestre porque a natureza é um patrimônio comum e as pessoas que moram nesse tipo de lugar também criam um certo tipo de cultura que também é um patrimônio nosso.

Esse trabalho que foi desenvolvido, na verdade aqui no Brasil, foi desenvolvido no quadro de uma cooperação entre governo francês e o governo brasileiro mais especialmente entre as federações dos Parques Naturais Regionais da França e o governo do Mato Grosso do Sul, tentando utilizar os conceitos... tentando utilizar os conceitos desenvolvidos no quadro de trinta anos de experiências das entidades dos Parques Regionais Franceses, tentando idealizar um referenciamento próprio adaptado à realidade brasileira e que não era o objetivo de simplesmente trazer um mesmo modelo francês para aplicar aqui no Brasil porque não ia funcionar. As realidades são totalmente diferentes.

Como eu falei para vocês, na verdade, a realidade francesa, a realidade administrativa francesa é totalmente diferente a França não é um Estado Federal. A França tem um Estado, mas está dividido em regiões, tem vinte e duas regiões na França. Noventa e cinco departamentos que correspondem a distritos aqui no Brasil (resumindo) e trinta e seis mil seiscentos e cinquenta e um municípios. Você pode ver a diferença no Brasil que tem uns cinco mil, acho que é por aí. Você imagina o tamanho desses municípios. É por isso que foi desenvolvido de maneira muito rápida na França todo um trabalho dessa transação para tentar organizar os municípios para fomentar e trabalhar um desenvolvimento local.

Foi desenvolvido na França e uma série institucional para tentar fazer uma descentralização eficiente das políticas públicas no território francês.

Esse trabalho sobre a organização dos municípios também era para tentar realizar e como administrar porque tem políticas públicas que você não pode realizar sozinho. Quer dizer que precisa se juntar para poder aplicar esse dinheiro e poder aplicar uma política que seja eficiente.

Também esse trabalho foi feito para tentar adequar as políticas públicas às realidades locais porque mesmo a França sendo um país pequeno você tem uma grande diversidade de situações. Uma política central não podia simplesmente ser suficiente para alcançar e para resolver todas as problemáticas específicas que você podia encontrar na França.

Foram, na verdade, criados uma série de ferramentas em restrições de forma legal com um conjunto de políticas públicas que atravessam uma série de instrumentos legais que são indicados pelo município, em comunhão com o município, etc, etc, para tentar agrupar, juntar todos esses pequenos municípios que não podiam funcionar sozinhos de maneira eficiente.

Essas associações de municípios têm diferentes tipos de objetivos. Pode-se juntar municípios simplesmente para implementações de políticas públicas setoriadas como a coleta de lixo, o transporte escolar por exemplo. Mas você tem outro tipo de conjunto de municípios que pode ser para implementar política mais ambiciosa, é a política da gestão integrada do território.

Os parques naturais regionais franceses são unidos de conservação e também consórcios do município que são criados com o objetivo de fazer uma gestão adaptada ao território maior quer dizer, que não são só aos pequenos territórios.

Na verdade esse trabalho foi desenvolvido na França, há trinta anos, um pouco mais de trinta anos, agora trinta e cinco anos. Isso respondia a uma problemática específica logo depois dos a necessand exitantion como o mal do êxodo rural e do esvaziamento de boa parte do campo na França. Isso ligado ao desenvolvimento das grandes indústrias. Na verdade os povos franceses foram fontes muito grandes da mão-de-obra para as indústrias que estavam localizadas na cidade. Isso gerou uma degradação dos territórios frágeis com uma transformação muito rápida das condições sociais e econômicos desses lugares.

Quando estou falando do território frágil, lugar frágil, esse frágil não é tanto do ponto de vista, unicamente do ponto de vista biológico como do ponto de vista da biodiversidade, mas também do ponto de vista das culturas locais que estavam extensas por causa do despovoamento do campo.

Nos anos sessenta e oito, sessenta e nove o governo central percebeu que precisava fazer; a vontade de imaginar, de bolar, de imaginar um tipo de modalidade de gestão que podia reverter esse processo, que podia tentar desenvolver ações políticas adaptadas a esses territórios específicos. Então,

foi bolado um requerimento, que na verdade foi bolado pelo Estado Central dando a possibilidade para as regiões e para os municípios de se juntarem para idealizar juntos um projeto para esses territórios frágeis.

Aqui você tem um esquema do processo de criação de um parque natural regional. Quer dizer que você pode ter diferentes níveis de decisão. Em ação, a decisão de ameaçar o processo de criação. Você pode ter o nível local, quer dizer os municípios ou pode ser o nível regional que vai fazer a proposta para os municípios de se juntarem para começar um trabalho desses. Mas do continente, a região e departamentos do município se juntam para a cooperação, para idealizar um projeto de desenvolvimento integrado para o território.

Estou falando de desenvolvimento integrado porque não é só no caso dos parques regionais franceses o foco não é só a proteção do meio ambiente, mas a proteção do meio ambiente e a valorização do meio ambiente e da cultura local. Quer dizer que só um projeto de desenvolvimento integrado que tem como foco tanto a preservação do meio ambiente como a preservação da cultura, tenta fixar o homem no lugar, no local, criando um novo tipo de atividades econômicas que não sejam uma agressão para o meio ambiente. Quando, um processo interativo, demora um certo tempo (por exemplo na França, a média, o prazo médio para a definição do projeto do território que vai ser apresentado depois para aprovação do Estado é de quatro a cinco anos é um processo demorado. Processo que precisa de tempo e que precisa de muito trabalho) à definição do projeto a nível da região dos departamentos dos municípios tem uma proposta que vem de baixo para cima, proposta que, mesmo feita pelo governo, vai analisar o projeto e definir se esse projeto merece o selo de qualidade de parque natural regional porque parque natural regional na verdade, tem um selo de qualidade cedido pelo Estado. Em cima de um projeto, tem um prazo definido: o prazo de dez anos, quer dizer que depois de dez anos você precisa mostrar o resultado e você precisa mostrar um novo projeto para mais dez anos, para receber mais uma vez o selo de qualidade de parque natural de novo.

Em um processo que vai de baixo para cima, tem um processo também onde há adesão voluntária. Quer dizer que quando você começa um processo de criação de um parque desse feito, desse tipo você define um território, ou mistura. Você joga todos os parceiros, todos os municípios, que fiquem os territórios nesse território, nesse todo. O território final do parque, na verdade, é simplesmente o conjunto dos municípios que decidem aderir ao parque.

Tem nos parques franceses, territórios do parque onde você vê, tem buracos porque há adesão voluntária e tem municípios que não queriam aderir ao parque, que ficaram fora, que não assinaram o contrato com o instituto de gestão do parque e que simplesmente ficaram fora dez anos, podendo integrar o parque no futuro só depois de dez anos, quando vai ser definido o novo contrato, o novo projeto para o território. O processo de baixo para cima é adesão voluntária.

A vocação dos parques na França é proteger artes naturais e culturais. Quer dizer que são muitos são ligados, são territórios habitados. A França tem uma densidade de população bem maior que no Brasil e a maioria dos territórios na França é povoado, bem povoado mesmo. Então, a interação entre o meio e o homem é uma coisa que é muito importante para essa concentração dos parques regionais porque cada situação gera de um certo jeito, uma cultura um pouco diferente. Na França de vinte em vinte quilômetros você pode ver quase culturas diferentes nas micro regiões: habitações diferentes, modos de culturas diferentes. É tudo isso que os parques regionais tentam preservar através do trabalho.

As missões são a proteção da bioidentidade, do resgate da cultura, dizem principalmente para mim, que é social; que o que é fundamental é a formação do público experimental. O desenvolvimento econômico e social é fundamental para a proteção da biodiversidade porque estamos dando um conceito de recursos naturais. Isso quer dizer que o patrimônio natural e o patrimônio são coisas que você pode valorizar com muito cuidado, tentando desenvolver jeitos do ponto de vista que não seja uma agressão para o meio ambiente nem para o homem. É tudo isso que estamos tentando desenvolver no quadro desses parques regionais na França.

Eu falei para vocês que esse projeto na verdade, tem uma forma na França de uma Carta Magna que contrata outro parceiro. Essa carta do parque é uma coisa muito importante porque há um engajamento de cada uma das pessoas que vão assinar a carta. O Estado assina a carta, os municípios assinam a carta às Regiões assinam a carta e as ONGS também que participam da definição do projeto assinam a carta é um contrato que define o projeto, a regra do jogo e outros parceiros. Quer dizer que você tem a obrigação com outros parceiros de desenvolver juntos um projeto que foi idealizado em conjunto. Quando isto faz a definição e levantamento compartilhado, o projeto também foi definido de maneira compartilhada. Isso é fundamental no processo porque mais para a frente, todo mundo conhece de uma maneira muito clara, qual é o papel dele e quais são as responsabilidades dele e que aceitaram essas responsabilidades de maneira totalmente natural sabendo que está assinando um contrato.

Eu falei para vocês que na França, quando você apresenta esse projeto para o Estado depois desse consenso de quatro a cinco anos, você apresenta o projeto para o Estado que vai fazer uma avaliação desse projeto e se o projeto apresenta os critérios definidos. A comissão acorda em marcar o parque, a que propriedade do Estado para o consórcio do Município para dez anos, para implementar esse trabalho; além desse trabalho, você tem também uma série de financiamentos que estão ligados a esse selo de qualidade. Você tem uma classificação e uma motorização a utilização da marca para dez anos e você vai ter a renovação da autorização mostrando depois de dez anos os resultados porque na carta do parque, no projeto consta diferentes objetivos que estão a ser alcançados que você tem que ter, ver se foram alcançados, também vocês tem toda uma ferramenta para fazer a fiscalização e para verificar quais objetivos foram alcançados. Então, depois de dez anos a apresentação do primeiro relatório para apresentar ao Estado e demonstrar quais resultados foram alcançados, tendo a possibilidade do Estado fazer uma

fiscalização externa pedindo uma fiscalização externa para verificar o relatório que é apresentado pelo consórcio do Município. Também é preciso no mesmo momento de muito trabalho, apresentar um novo projeto para dez anos para ter a renovação da patente, da utilização do uso da patente da marca do Parque e todos os financiamentos ligados também, porque a parte de financiamentos é fundamental. Você não pode fazer uma gestão de dez anos se você não tem uma certa segurança em relação ao financiamento.

Em cada parque, faz-se uma livre interpretação da marca global, colocando as cores que são específicas na região dele. Aqui você tem seis marcas de seis parques diferentes e cada um escolheu um emblema um pouco diferente. Essa marca é importante porque em um trabalho que foi desenvolvido a poucos anos atrás, há cinco anos, seis anos, agora permite os moradores, os camponeses que trabalham dentro do parque ter um valor agregado aos produtos deles como selo de qualidade. Esse selo de qualidade que está cedido pelo Estado para o consórcio do Município, depois decide dos consórcios do Município aos produtores que vão respeitar um caderno de especificação definindo o selo de qualidade. Resumindo, um parque e um projeto em um território definido, um projeto compartilhado na definição e na implementação, isso é fundamental e muito importante, e, um contrato onde os parceiros é quem definem a regra do jogo.

Uma coisa que é muito importante é o espaço institucional para integrar a ação de cada um. Eu acho que, hospedar a integração é uma coisa muito importante porque uma gestão territorial, não é simplesmente a soma da ação de autores diferentes, mas é a multiplicação dessas ações. Multiplicação é assim agir outras ações. Por isso é fundamental deixar um espaço pouco diferente onde você não tem esse jogo de poder, onde você pode integrar as ações porque mais perto você está do campo, mais perto da implementação da ação, mais você precisa integrar o autor diferente. Que ele seja institucional ou que ele seja pessoas físicas. Quer dizer que, precisa de uma integração vertical e de um resultado muito forte para ter uma eficiência no campo. Se isso ficar na definição e isso ficar na fala, na verdade não se faz nada.

A realidade do prazo de trinta anos é que na França tem quarenta e dois parques naturais regionais que hoje em dia tem uma superfície de mais ou menos doze por cento do território francês com mais de três milhões de habitantes, mais de quatro mil municípios, isso quer dizer que é um processo que contribui muito, você está vendo a repartição dos parques na França, contribui muito para a preservação da cultura e do meio ambiente.

Na base desse conceito francês, na base dessa abordagem francesa tentamos trabalhar numa realidade brasileira muito específica que é o Pantanal sul-matogrossense. Aqui se tem uma carta muito antiga do pântano do Brasil com uma totalidade do Pantanal, na verdade não é só o Pantanal sul-matogrossense.

Então, esse trabalho foi desenvolvido numa parceria entre o governo do Mato Grosso do Sul e a Federação dos Parques Naturais Regionais Franceses com o objetivo de apoiar a implementação de uma política de preservação e de

valorização dos recursos naturais e culturais do Pantanal junto com uma cooperação. O pedido do governo do Mato Grosso do Sul foi: “Vamos tentar trabalhar, fazer uma descentralização verdadeira. Vamos tentar trabalhar juntos com a cooperação.” Era o pedido do governo do Mato Governo do Sul.

A localização dentro do Pantanal, a totalidade do Pantanal, mais ou menos por aqui você tem o rio Piquiri que é o limite da divisa entre o Mato Grosso e o Mato Grosso do Sul. Aqui você tem o território em estudo do Parque que é o território em que estamos trabalhando. A parte verde mais escura é a parte alta da Bacia do Paraguai e a parte verde mais clara é a parte Baixa da Bacia do Paraguai que é verdadeiramente o Pantanal.

Então, como eu falei para vocês, a especificidade, porque é verdade que aqui no Brasil, quando você usa a palavra abrir o Parque, (eu tive essa grande dificuldade no começo porque o projeto se chamava Projeto de Apoio de Criação do Parque Natural Regional do Pantanal), então, você imagine: quando eu chegava e começava a falar do Parque, para falar para as pessoas que queria um apoio participativo, era meio complicado o entender por parte das pessoas. É por isso que eu estou, na minha apresentação, para o público brasileiro falando primeiro: “Bom, é um Parque, mas é um pouco específico porque o Parque está criado a pedido da cooperação local. Porque na verdade, fui no primeiro momento do projeto, na história do projeto e esse projeto aconteceu porque uma parte da cooperação do Pantanal pediu para o Estado um trabalho desse. É por isso também que a Federação dos Parques topou e aceitou eu trabalhar junto com o governo do Mato Grosso do Sul. Tentando fazer verdadeiramente ir a cooperação de um projeto para esse território.

A criação pelo Estado ou pedido de cara dizendo-se voluntário é obrigação dar resultado. Também é a mesma coisa que no caso dos Parques franceses é a modalidade de gestão por área; é gestão compartilhada. Eu vou explicar mais um pouco para frente porque adesão voluntária é uma coisa que é um pouco importante no quadro do Pantanal porque você viu que no quadro do conceito francês são os municípios que são a pedra, que são o tijolo da base para criar o território do Parque. No quadro do Pantanal foi uma escolha um pouco diferente, foi o começo da adaptação do conceito francês. Não era possível trabalhar diretamente com os Municípios. O Pantanal é apropriado em noventa e nove por cento, são fazendas grandes no Pantanal entre cinco mil, dez mil hectares em um lugar de tamanho isolado e os Municípios estão formando as costas do Pantanal porque estão se concentrando totalmente no perímetro urbano. No Pantanal tem de zero a três habitantes por quilômetros quadrado, quer dizer pouco eleitor. Então, todas as políticas dos municípios são centrados no perímetro urbano. Quer dizer que o Pantanal não recebia nada. Por essa razão, decidimos no começo do projeto, trabalhar diretamente com os proprietários tentando destruir os Municípios no quadro político setorial. Você vai ver mais para a frente que foi uma coisa um pouco complicada.

No começo do trabalho foi delimitado simplesmente como no caso da França um território em estudo para definir um limite que respeite o máximo as realidades ambientais e as realidades culturais. Só o misto do dois que definiu o limite desse território em estudo.

Participação é saber quais são as pessoas que estão morando nesse lugar e o que eles estão fazendo. Foi feito no primeiro momento antes de tudo, na primeira fase do projeto, um diagnóstico institucional para saber quem eram as pessoas que moravam lá, quem eram os autores morando lá, o que eles estavam fazendo. Essa primeira fase foi fundamental para começar a difundir a idéia do projeto e também para começar a organizar a operação porque num território desses você não tem nenhuma instituição que junto represente as pessoas.

O trabalho que nós fizemos no Pantanal em um pouco coincide na França. Ao ter que criar um Parque você precisava criar os Municípios. Mais ou menos foi isso que foi feito. Então, foi um trabalho muito importante, um trabalho que nos ajudou muito para desenvolver o projeto mais para a frente. Foi mais ou menos o trabalho de um ano, um ano e meio para tentar começar a fazer isso em uma que já é um pouco antiga, cento e três associações micro-regionais. Hoje em dia tem cinco associações micro-regionais que eu represento todas as regiões do Pantanal. Esse território em estudo do qual falei para vocês tem quatro mil hectares.

Depois dessa primeira fase de organização dos executores para não trabalhar como autores separados, cada um com seus próprios pedidos, as próprias estratégias pessoais, juntamos as associações micro-regionais numa instituição maior que se chama Instituto do Parque do Pantanal que tem o status de um Sítio e que já não são as associações micro-regionais, mas também os representantes dos Municípios, representantes do Estado e representantes do organismo federal como a Embrapa e o IBAMA.

No quadro do conselho de administração do Instituto do Parque do Pantanal que é o órgão gestor do Parque tem a representação de todos os diferentes setores da sociedade, ou seja, sociedade civil organizada e as restituições públicas, para tentar criar esse famoso espaço de integração, esse espaço público numa estatal onde todos os autores passam trabalhar juntos no espaço que é natural. Criamos esse instrumento para integrar todos os parceiros e para começar a definir em conjunto as diferentes ações a serem desenvolvidas depois dessa primeira fase, da identificação dos autores e organização dos executores, segunda fase integração do executor, terceira fase definição do projeto. Na verdade eu estou fazendo uma divisão um pouco caricatural porque na verdade em cada uma das etapas que eu falei já tinha sido começado o trabalho de definição do projeto. É clara então, a construção de uma visão e não um levantamento de elementos físicos.

Definição de obter estratégias: Ações-pilotos. Porque no quadro de um trabalho desses, especialmente quando você trabalha no campo acho que é fundamental a parte filosófica, tudo bem, tá legal, tá interessante para as pessoas que não são diretamente conformadas com os problemas da realidade das pessoas. Mas as pessoas, quando você está fazendo um trabalho desses, elas estão precisando de um resultado concreto. Elas querem saber, elas querem ter uma coisa que seja palpável, que seja uma coisa que demonstre para elas o interesse de fazer um trabalho desses. Então no quadro desse trabalho de criação, também foram desenvolvidas algumas ações-pilotos para

demonstrar às pessoas o que nós podemos fazer juntos com um instrumento desse e, para começar também a definir a modalidade de funcionamento às outras pessoas por que é só fazendo, que você pode começar a definir o modo de trabalho. Essa foi uma parte muito importante do trabalho de desenvolver ações-pilotos no quadro do processo de criação.

Próximo.

É a elaboração da carta que eu estou constatando com outro parceiro...

Consolidação. A fase atual, que é a fase mais de finalização, do trabalho. Foi um trabalho muito importante no ensino da instituição. Primeiro, para consolidar e para poder ter mais abertura, mais possibilidade junto às instituições públicas, pleiteamos o reconhecimento como Sítio do Instituto do Parque do Pantanal porque o reconhecimento como sítio, a categoria de sítio a organização da cidade é do interesse público, a sociedade civil é do interesse público, abre possibilidades, há uma organização de fechar parceria como os Estados, como instituições públicas, para desenvolver parte das políticas públicas. Então, foi feito esse reconhecimento com o município e foi feito todo um trabalho em cima do financiamento do instituto. Porque eu acho que essa parte do financiamento é uma coisa que é fundamental e eu falei para vocês que o planejamento que consta na carta do parque, é um planejamento para dez anos, na verdade, no caso do Pantanal foi cinco anos que foi definido (altas parcerias). Dez anos na França e aqui no Brasil por enquanto são cinco anos. Mas, você não faz um planejamento para cinco anos se você não tem uma certa segurança de elaboração ou o orçamento que você tem.

Na carta do parque consta os objetivos, um plano de trabalho quinquenal e os orçamentos e cada um dos parceiros vai assinar a carta do parque com um contrato para assegurar o orçamento para esses cinco anos e os diferentes projetos setoriais que estão a ser desenvolvidos. Então, trabalhamos para tentar diversificar o máximo as fontes de financiamentos porque você não pode depender simplesmente de uma fonte de financiamento porque às vezes tem parceiros que não consegue. Não consegue, na verdade, financiar as coisas que iam financiar. Então, tentamos multiplicar o máximo todos os financiamentos, todos as fontes de financiamentos possíveis para diminuir os riscos de simplesmente precisar fechar o projeto e fechar o parque. Temos termos de parceria que estão permitidos por acordo da categoria do município com o Estado, o governo do Mato Grosso do Sul e o Ministério da Agricultura e Abastecimento, acordo a nível internacional para desenvolver alguns projetos setoriais, gestão e a “demarcação do projeto para terceiros, quer dizer que tem projeto maior que estão terceirizando uma parte da gestão deles para o parque do Pantanal, que está prestando serviços. Temos essa capacidade, essa possibilidade de prestar serviços para terceiros já, o anúncio fiscal é uma coisa que está sendo trabalhado para que uma parte do INSS gerados pelos produtos do parque seja devolvido no parque, por enquanto ainda está na votação, não saiu ainda, mas estamos trabalhando firme em cima disso, para tentar conseguir essa fonte de financiamento. Tem um selo de qualidade, uma marca do parque do Pantanal, que também está sendo desenvolvida em cujos primeiros resultados pode deixar passar que daqui a dez anos, ... Não. Daqui a oitos anos o parque vai poder ter através da

necessidade da marca do Parque do Pantanal e de um sistema patente ter outro financiamento de sessenta por cento dos custos fixos da estrutura que é uma coisa que é muito interessante.

Como estava falando, essa marca do Parque Regional do Pantanal que está sendo testada hoje em dia em cima de um produto que é o ovitelo orgânico do Pantanal e que permite hoje em dia, ter uma pecuária extensiva no Pantanal sendo que a transformação do sistema de projeção estava gerando um impacto sobre o meio ambiente enorme. Através desse trabalho conseguimos agregar valor ao produto, vendendo na verdade a preservação e vendendo qualidade. São as duas coisas que estamos vendendo através da marca do parque e conseguimos agregar cinquenta por cento do valor a mais desse produto, que é um resultado muito interessante.

Nesse sistema da marca do parque do Pantanal tem um sistema de patente que quer dizer que são as associações de produtores que recebe a marca do parque em cima de um caderno de especificação muito clara, em cima de muitos sistemas de fiscalização porque senão muitas coisas poderiam acontecer. Seis associações retornaram cinco por cento dos produtos comercializados, da quantidade comercializada para o Instituto do Parque do Pantanal. Esse mecanismo que vai permitir daqui a alguns anos de ter outro financiamento de mais sessenta por cento da estrutura para a manutenção do parque do Pantanal. Eu acho que isso é uma coisa interessante. Difícil vai ser trabalhar, porque é um processo, às vezes as pessoas não entendem muito bem, mas é muito promissor.

Hoje em dia, como eu falei para vocês, o parque do Pantanal ainda é um processo de visão voluntária e se vê na base das fazendas que está sendo constituído o território do parque. Você está vendo que até o território em estudo do parque, que na verdade é a extensão máxima possível do parque no futuro e por enquanto estamos com esse número essa quantia de fazendas que aderiram ao projeto, que participam da gestão e da idealização dos projetos e que representam hoje em dia um milhão e duzentos e cinquenta mil hectares de superfície juntando todas essas fazendas. No máximo possível de quatro milhões de hectares. Estamos tentando montar este número, mas, bom já é o resultado de cinco anos que eu acho razoável.

Então, para falar porque estamos reunidos aqui, para falar da proteção do patrimônio que ele seja natural, que ele seja cultural, que ele seja arte rupestre, que informe do patrimônio cultural, eu acho que têm algumas condições que são fundamentais. Acho que sem participação você não tem possibilidade de proteção do patrimônio. Isso é totalmente impossível especialmente na realidade brasileira onde você tem um espaço enorme e muito difícil de ser fiscalizado. A fiscalização no quadro do Brasil seria bem mais caro na verdade e não seria rentável, não seria viável para um país deste tamanho. Eu acho que a participação é fundamental e, se você não tem participação, se você não tem verificação, a educação é fundamental porque as pessoas precisam perceber o valor do que elas têm e também o valor da parceria em trabalhar juntos. Porque aqui também, eu acho que cultura é muito

individual. Esse trabalho de gerar junto da parceria é uma coisa que precisa ser trabalhada tanto com a consciência e a visão do valor do patrimônio.

Valorização. Valorização é fundamental também porque nas condições (eu acho que é muito importante nas condições do Brasil atual) de tomar em consideração os patrimônios como recurso também. Mas, como recurso que pode trazer um certo tipo de desenvolvimento econômico. Se você consegue passar isso para as pessoas também é um fator que ajuda muito as pessoas darem valor para as coisas; valor monetário é importante. Não do contingente. É preciso bem enquadrar esse tipo de valorização, mas eu acho que é também uma coisa fundamental. As pessoas que estão com fome, precisam ver um certo horizonte senão é complicado. A integração dos autores das ações porque também é fundamental somar, é fundamental ter essa energia das pessoas porque acontece muito não só no Brasil, acho que na França também muito, ações muito verticais. Só intera a possibilidade de interação de outras diferentes instituições encarregadas de uma gestão desse tipo. Mais perto você do campo, mais perto você do lugar, mais você precisa dessa capacidade de integração. E, por último a contratação que eu acho que é extremamente interessante porque define uma regra do jogo, é definir o quadro no qual os autores vão colaborar.

Obrigado.”

* O texto da conferência não foi corrigido pelo autor.